



# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM

FEAM	
PROTOCOLO Nº	0972181/2011
DIVISÃO:	PZO
MAT.:	VISTO: [assinatura]

FUNDACÃO EST. 56  
ILNº  
MEIO AMBIENTE

## PARECER JURÍDICO

AUTUADO: POSTO SABINO LTDA	RECURSO
PROCESSO Nº 3369/2001/002/2004	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1299/2004	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: PEQUENO	

## I – RELATÓRIO

O POSTO SABINO LTDA foi autuado em 06.04.2004 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 6, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 26.01.2010, pelo Vice-Presidente da FEAM, multa no valor de R\$ 10.001,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

## II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por causar poluição ou degradação de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural. (fl. 03)

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- Ocorreu prescrição no caso, pois o empreendimento foi autuado em 2004, e a decisão administrativa de aplicação da multa ocorreu em janeiro de 2010;



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



- Não houve intimação do autuado da realização da audiência do presente processo, restando violado o devido processo legal;
- Houve culpa exclusiva da distribuidora, sendo o autuado, portanto, ilegítimo para figurar o polo passivo do presente processo administrativo;
- O autuado adotou medidas para reparar o dano ambiental;
- Não houve contaminação efetiva do meio ambiente;
- Devem ser aplicadas as atenuantes previstas no art. 68, I, "a", "c" e "e", do Decreto 44.822/2008;
- Requer assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, nos termos do art. 49, §2º, do Decreto 44.844/2008.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Inicialmente, tem-se que não se aplica a prescrição no processo administrativo ambiental, restando insubsistente o argumento do autuado, conforme orientações emitidas pelo Parecer AGE nº 14.897/2009, publicado em 13.3.2009. Nesse sentido, o débito não foi constituído.

Ademais, o processo administrativo foi realizado de acordo com os princípios da legalidade e ampla defesa. Nesse sentido, não procede o argumento do autuado de que ele deveria ser pessoalmente intimado dos atos processuais passíveis de lhe acarretar dano, conforme estipula a Lei nº 14.184/2002. Tal decorre do fato que a Lei 14.184/02 tem aplicação subsidiária aos processos administrativos regidos por regulamentação própria, conforme estabelece o art. 1º, § 2º, que determina que os *processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se apenas subsidiariamente os seus preceitos*.

O processo administrativo ambiental em Minas Gerais seguia o procedimento estabelecido no Decreto nº 39.424/1998, até sua revogação pelo Decreto nº 44.309/2006, revogado pela Decreto 44.844/2008, que contém o novo procedimento. Portanto, haja vista que o Decreto 44.844/2008 esgota o procedimento administrativo no presente caso, não é aplicável a disposição geral da Lei 14.184/2002, mas sim a especial do Decreto 44.844/2008.

Ademais, insta salientar que o autuado foi notificado de todos os atos que pudessem lhe acarretar em ônus no presente processo, e que, ainda, não há previsão de audiências no processo administrativo ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais.



Não procede o argumento de culpa exclusiva da distribuidora. A responsabilidade ambiental é de cunho objetivo, sendo que se entende que o empreendedor responde por todos os riscos de dano havidos em razão das atividades do seu empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a sua existência, não teriam ocorrido, estabelecendo-se, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de seu empreendimento, ou o fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrem para o evento causador do dano, responderá administrativamente por este. Diante disto, não há que se falar em aplicação de qualquer uma das seguintes excludentes: caso fortuito, força maior, ato de terceiro.

Desta sorte, em virtude da responsabilidade ambiental objetiva, são irrelevantes para a apreciação da defesa quaisquer alegações que pretendam negar a ocorrência do fato ou a responsabilidade do agente.

Ademais, no direito ambiental, há responsabilidade tanto do responsável direto quanto do responsável indireto pelo dano ambiental, nos termos do art. 2º, §2º, da Lei 7.772/80. Ademais, a Lei Federal 6.938/81, em seu art. 3º, inciso IV, define o poluidor como sendo a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

A ocorrência do dano ambiental restou plenamente comprovada no presente processo administrativo, sendo que o empreendimento não adotava as medidas de minimização dos danos ambientais devidas, conforme se verifica no Relatório de Vistoria 6734/2004.

As atenuantes mencionadas não se aplicam no caso em apreço, pois o autuado não se desincumbiu do ônus de demonstrar a efetividade das medidas adotadas, a menor gravidade dos fatos ou a sua colaboração com o órgão ambiental.

Incabível a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, haja vista que não há medidas a serem adotadas para reparar o dano ambiental ou corrigir a poluição causada pelo infrator. Isso porque, conforme se verifica em consulta ao SIAM, o autuado obteve Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF em 22.06.2011, no processo administrativo Nº 003369/2001/004/2011.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa. No caso em apreço, o valor de multa mais benéfico já foi aplicado ao autuado, conforme a gravidade da infração e o porte do empreendimento, não havendo qualquer modificação a ser realizada.

### III - CONCLUSÃO

4





# ESTADO DE MINAS GERAIS

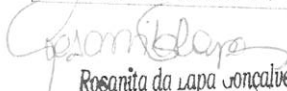
Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada no valor de 10.001,00, por ser mais benéfica ao autuado, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008 e do art. 19, § 3º, item 6, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2011.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: 

  
Rosamita da Lapa Gonçalves Amada  
Analista Ambiental / FEAM  
MASP 1059325-9